# SUMÁRIO

**Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família**

1.1. O Direito de Família e o Código Civil
1.2. A organização jurídica da família
1.3. A diversidade familiar
  1.3.1. A família matrimonial
  1.3.2. A família informal
  1.3.3. A família monoparental
  1.3.4. A família anaparental
  1.3.5. A família reconstituída
  1.3.6. A família paralela
  1.3.7. A união poliafetiva
  1.3.8. A família natural
  1.3.9. A família extensa ou ampliada
  1.3.10. A família substituta
  1.3.11. A família eudemonista
  1.3.12. A família homoafetiva
1.4. Conceito de família
1.5. Entidade familiar, proteção do Estado e Direitos Humanos
1.6. Noção de Direito de Família
1.7. Conteúdo do Direito de Família
1.8. A dessacralização da família
1.9. A despatrimonialização do Direito de Família

**Capítulo 2 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família**

2.1. Direitos fundamentais
2.2. Princípio da dignidade humana no Direito de Família
2.3. O princípio da igualdade
2.4. Princípio da autonomia privada
2.5. Princípio da liberdade
2.6. Princípio da solidariedade familiar
2.7. Princípio da monogamia
2.8. Princípio da diversidade familiar
2.9. Princípio da afetividade
2.10. Princípio da igualdade da filiação
2.11. Princípio da proteção da prole
2.12. Princípio da proteção do idoso

2.13. Princípio da proteção do jovem
2.14. Princípio da proteção da pessoa com deficiência

**Capítulo 3 – Do Direito Pessoal – Do Casamento e sua Eficácia**

3.1. Definição
3.2. Da gratuidade do casamento civil
3.3. Casamento religioso com efeito civil
3.4. Capacidade para o casamento
    3.4.1. Suprimento judicial de consentimento
3.5. Dos impedimentos matrimoniais
3.6. Das causas suspensivas
    3.6.1. A Súmula 377 do STF
3.7. A habilitação para o casamento
3.8. Da celebração do casamento
    3.8.1. Consentimento
    3.8.2. O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida
    3.8.3. Casamento por procuração
3.9. Das provas do casamento
    3.9.1. *In dubio pro matrimonio*
    3.9.2. Casamento celebrado fora do Brasil
3.10. Da invalidade do casamento
    3.10.1. Casamento inexistente
    3.10.2. Casamento nulo
    3.10.3. O casamento anulável
        3.10.3.1. Das causas de anulação
        3.10.3.2. Identidade, honra e boa fama
        3.10.3.3. Ignorância de crime anterior ao casamento
        3.10.3.4. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave
        3.10.3.5. Coação
3.11. Prazos para a anulação do casamento
3.12. Do casamento putativo
    3.12.1. Pressupostos da putatividade
    3.12.2. Efeitos da putatividade
    3.12.3. Efeitos em relação a terceiros
3.13. A separação de corpos na invalidade do casamento
    3.13.1. A separação de corpos da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha
    3.13.2. A separação de corpos consensual
    3.13.3. A separação de fato
3.14. Da eficácia do casamento
3.15. Isonomia e patronímico

3.16. Planejamento familiar
3.17. Deveres dos cônjuges
3.18. Violação dos deveres conjugais
3.19. Dever de fidelidade recíproca
3.20. Vida em comum no domicílio conjugal
3.21. Dever de mútua assistência
3.22. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos
3.23. Dever de respeito e consideração mútuos
3.24. A direção da sociedade conjugal
3.25. Contribuição conjunta das despesas do lar
3.26. Domicílio conjugal

**Capítulo 4 – Divórcio**

4.1. O divórcio
4.2. O divórcio e a partilha de bens
4.3. Divórcio consensual-judicial
4.4. Divórcio litigioso-judicial
4.4.1. A contestação no divórcio judicial
4.5. O divórcio extrajudicial da Lei 11.441/2007 e do CPC
4.6. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos
4.7. Efeitos do divórcio
4.8. A partilha de bens
4.9. Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial
4.10. O patronímico de casado no divórcio
4.11. Pluralidade de divórcios
4.12. O divórcio no Direito Internacional Privado

**Capítulo 5 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos**

5.1. Da proteção da pessoa dos filhos
5.2. Conceito de guarda
5.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial
5.4. Guarda compartilhada
5.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?
5.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada
5.4.3. Tempo de convívio equilibrado
5.4.4. Plano de parentalidade
5.4.5. Alimentos na guarda física compartilhada
5.4.6. A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação
5.5. Direito e dever de convivência
5.6. A multa no direito e dever de visitas – *Astreintes*
5.7. O direito de visitas dos avós

5.8. Síndrome de Alienação Parental (SAP)
5.9. Síndrome das falsas memórias

**Capítulo 6 – Das Relações de Parentesco**

6.1. As relações familiares e o parentesco
6.2. Desenlaces parentais
6.3. Espécies de família e relações atuais
6.4. Conceito de relações de parentesco
6.5. Parentesco até o quarto grau
6.6. Contagem de graus
6.6.1. Linhas de parentesco
6.6.2. Parentesco por afinidade
6.7. A multiparentalidade

**Capítulo 7 – Da Filiação**

7.1. A filiação
7.2. Filiação socioafetiva
7.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva
7.4. O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios
7.4.1. O direito ao conhecimento das origens genéticas
7.4.2. Decadência da rejeição
7.4.3. Vedação do registro de filho morto para fins patrimoniais
7.5. Investigação de paternidade movida pelos netos
7.6. Determinação da maternidade
7.7. A presunção de paternidade
7.8. A presunção *pater is est*
7.9. A fecundação assistida
7.9.1. A mãe de substituição
7.10. A impugnação da paternidade
7.11. Prova da filiação
7.12. Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA
7.13. A presunção de paternidade pela recusa
7.14. O reconhecimento voluntário
7.14.1. Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade
7.14.2. Reconhecimento de filho maior e de filho menor
7.15. Ação anulatória de reconhecimento
7.15.1. Perícia em DNA
7.16. Efeitos da sentença
7.16.1. Dos alimentos na investigatória
7.17. A coisa julgada na investigação de paternidade

**Capítulo 8 – Da Adoção**

8.1. A adoção e o Código Civil
8.2. Natureza jurídica da adoção
8.3. Referências históricas
8.4. A Lei Nacional da Adoção
  8.4.1. Princípio da prevalência em família
  8.4.2. Do acolhimento familiar e institucional
  8.4.3. Da família natural
  8.4.4. A família extensa
  8.4.5. Destituição do poder familiar
  8.4.6. Colocação em família substituta
    8.4.6.1. Cadastro de adoção
8.5. Requisitos para a adoção: idade
  8.5.1. Consentimento do cônjuge
8.6. Adoção por avós
8.7. Adoção por irmãos do adotando
8.8. Consentimento dos pais, do representante e do adotando
8.9. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros
8.10. Adoção por tutor ou curador
8.11. Adoção *intuitu personae*
8.12. Adoção por divorciados
8.13. Adoção póstuma
8.14. Adoção por estrangeiro
8.15. Adoção de nascituro
8.16. Adoção à brasileira
8.17. Adoção de embriões
8.18. A adoção por homoafetivos
8.19. Efeitos pessoais da adoção
  8.19.1. Nome
  8.19.2. A adoção e o poder familiar
  8.19.3. Efeitos patrimoniais da adoção
    8.19.3.1. Alimentos
    8.19.3.2. Direito sucessório
  8.19.4. Irrevogabilidade da adoção

**Capítulo 9 – Do Poder Familiar**

9.1. Função
9.2. Natureza jurídica
9.3. Titularidade do poder familiar

9.4. Conteúdo do poder familiar
  9.4.1. A representação dos filhos
  9.4.2. Poder familiar e trabalho
  9.4.3. Do usufruto dos bens dos filhos
  9.4.4. Da administração dos bens dos filhos
9.5. Extinção do poder familiar
9.6. A suspensão do poder familiar

**Capítulo 10 – Do Direito Patrimonial**

10.1. Do regime de bens e sua natureza jurídica
10.2. Princípios gerais
10.3. Classificação dos regimes de bens
10.4. O pacto antenupcial
10.5. Alteração do regime de bens
10.6. Temor de fraude na mudança do regime de bens
10.7. Do regime obrigatório da separação de bens
10.8. Do regime legal de bens
  10.8.1. Bens de caráter próprio
  10.8.2. Bens de caráter comum
10.9. Regime da comunhão parcial
  10.9.1. Fundos privados de pensão
  10.9.2. Bens que ingressam na comunhão parcial
    10.9.2.1. A título oneroso
    10.9.2.2. Por fato eventual
    10.9.2.3. Doação, herança ou legado
    10.9.2.4. Benfeitorias e acessões e incremento patrimonial societário
    10.9.2.5. Frutos civis e naturais
    10.9.2.6. Aquisição com causa anterior
    10.9.2.7. Partilha de quotas
    10.9.2.8. Dívidas dos cônjuges
10.10. Do regime de comunhão universal
  10.10.1. Bens excluídos da comunhão universal
    10.10.1.1. Bens doados ou herdados com incomunicabilidade
    10.10.1.2. Bens gravados de fideicomisso
    10.10.1.3. Dívidas anteriores ao casamento
    10.10.1.4. Doações antenupciais
    10.10.1.5. Os bens dos incisos V a VII do artigo 1.659 do CC
  10.10.2. Comunicação dos frutos e administração dos bens
  10.10.3. Extinção da responsabilidade e do regime de bens

10.11. Do regime de participação final nos aquestos
    10.11.1. Aquisição onerosa
    10.11.2. Irrenunciabilidade do direito à meação
    10.11.3. Regras de liquidação
10.12. Do regime da separação de bens
10.13. Mantença da família
    10.13.1. A presunção de comunidade
    10.13.2. A outorga do cônjuge
    10.13.3. A outorga do convivente
10.14. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores
    10.14.1. Bens excluídos do usufruto
10.15. Da usucapião familiar pelo abandono do lar

**Capítulo 11 – Dos Alimentos**

11.1. Conceito
11.2. Espécies de alimentos
    11.2.1. Quanto à sua natureza
    11.2.2. Quanto à causa jurídica
    11.2.3. Quanto à finalidade
        11.2.3.1. Alimentos provisórios
        11.2.3.2. Alimentos em tutela provisória
        11.2.3.3. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada
    11.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados
        11.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros
11.3. Características da obrigação alimentar
    11.3.1. Direito personalíssimo
    11.3.2. Transmissibilidade
    11.3.3. Divisibilidade
        11.3.3.1. Da solidariedade nos alimentos do idoso
    11.3.4. Condicionalidade
    11.3.5. Reciprocidade
    11.3.6. Alternatividade
    11.3.7. Imprescritibilidade
    11.3.8. Irrepetibilidade
    11.3.9. Incompensabilidade
    11.3.10. Irrenunciabilidade
    11.3.11. Impenhorabilidade
11.4. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes
11.5. Dos alimentos gravídicos

11.6. Os alimentos dos relativamente incapazes
11.7. A representação pelo Ministério Público nos alimentos
11.8. Alimentos com a maioridade civil
11.9. Dos alimentos entre parentes
11.10. Alimentos na guarda compartilhada
11.11. Dos alimentos dos cônjuges e conviventes
11.12. Dos alimentos na homoafetividade
11.13. Rubrica alimentar
11.13.1. Alimentação
11.13.2. Habitação
11.13.3. Educação
11.13.4. Saúde
11.13.5. Vestuário
11.13.6. Lazer
11.14. Base de incidência dos alimentos
11.15. Pensão *intuitu familiae* e *intuitu personae*
11.16. Dos alimentos transitórios
11.16.1. A duração dos alimentos transitórios
11.17. Alimentos compensatórios ou compensação econômica
11.18. Da exoneração dos alimentos
11.19. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento
11.19.1. Comportamento indigno
11.20. A oferta de alimentos
11.21. A majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática
11.22. A execução de alimentos
11.22.1. Do cumprimento da sentença
11.22.2. Aplicação de multa
11.22.3. A defesa no cumprimento da sentença
11.22.4. Sentença para ser cumprida
11.22.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos
11.22.6. O imposto de renda sobre a pensão alimentícia

**Capítulo 12 – Do Bem de Família**

12.1. Bem de família
12.2. Conceito de bem de família
12.3. O advento da Lei 8.009/1990
12.4. O bem de família do Código Civil
12.4.1. Objeto do bem de família voluntário
12.4.2. Valor do bem de família voluntário

12.4.3. Procedimento de constituição e efeitos
12.4.4. Das isenções
12.5. Extinção do bem de família

**Capítulo 13 – Da União Estável**

13.1. Breve resenha histórica da união estável
13.2. A Constituição Federal de 1988
13.3. A Lei 8.971/1994
13.4. A Lei 9.278/1996
13.5. O Projeto de Lei 2.686/1996
13.6. Origem e definição
13.7. A expansão das uniões livres
13.7.1. Motivos econômicos
13.7.2. Motivos sociais
13.7.3. Motivos legais
13.7.4. Motivos ideológicos
13.7.5. Motivos raciais e religiosos
13.7.6. Outras causas de disseminação da união estável
13.8. Pressupostos de configuração da união estável
13.8.1. Diversidade de sexos
13.8.1.1. União homoafetiva
13.8.2. Coabitação
13.8.3. Prazo para constituição
13.8.4. Convivência pública
13.8.5. Continuidade
13.8.6. Com objetivo de constituir família
13.8.7. Inexistência de impedimento matrimonial
13.9. Conceito de união estável
13.10. Direitos e deveres dos conviventes
13.10.1. Lealdade
13.10.2. Respeito
13.10.3. Assistência
13.10.4. Dever imaterial
13.10.5. Guarda, sustento e educação dos filhos
13.10.6. A coabitação como dever natural
13.10.7. O nome na união estável
13.11. Contrato de convivência
13.11.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência
13.11.2. Regime de bens

13.11.3. Conversão em casamento
13.11.4. Contrato de namoro
13.12. Concubinato e relações paralelas
13.12.1. Do concubinato de boa-fé
13.13. Dissolução da união estável

**Capítulo 14 – Tutela**

14.1. Conceito
14.2. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente
14.3. Modalidades de tutela
14.4. Tutela testamentária
14.5. Tutela legítima
14.6. Tutela dativa
14.7. Exclusividade da tutela
14.8. Incapazes de exercer a tutela
14.8.1. Idoneidade
14.9. Designação do convivente como tutor
14.10. Escusa dos tutores
14.10.1. Mulheres casadas
14.10.2. Maiores de sessenta anos
14.10.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos
14.10.4. Enfermidade
14.10.5. Habitação distante
14.10.6. Os que já exercerem tutela ou curatela
14.10.7. Militares em serviço
14.10.8. Aos que não forem parentes do menor
14.11. Prazo de escusa e decisão judicial
14.12. Do exercício da tutela
14.12.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado
14.12.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado
14.12.3. A administração dos bens e a tutela conjunta
14.13. Atribuições do tutor
14.13.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial
14.14. Vedações ao tutor
14.15. O protutor
14.16. Responsabilidade do juiz
14.17. Remuneração do tutor
14.18. Responsabilidade do tutor
14.19. Bens do tutelado

14.20. Prestação de contas
14.21. Cessação da tutela
14.22. Das funções do tutor

**Capítulo 15 – Da Curatela**

15.1. Da curatela
15.2. Conceito
15.3. Pessoas sujeitas à curatela
15.4. Curatela do nascituro
15.5. Velhice
15.6. Enfermidade ou deficiência mental
    15.6.1. Intervalos lúcidos
15.7. Aqueles que, por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade
15.8. Deficientes mentais
15.9. Ébrios habituais
15.10. Os viciados em tóxicos
15.11. Os pródigos
15.12. Autocuratela
15.13. Ação de interdição
15.14. Das disposições comuns à tutela e à curatela
15.15. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela
15.16. Curatela conjunta
15.17. Efeitos jurídicos da sentença de interdição
15.18. Levantamento da interdição
15.19. Cessação da curatela
15.20. Da tomada de decisão apoiada

**Bibliografia**

**Índice Alfabético-Remissivo**